

ARTIGO CIENTÍFICO

**APROXIMAÇÕES ENTRE O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE E A
ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
ARTICULAÇÃO DA TEIA DOS POVOS.**

PEREIRA, Marília Alves¹

¹Instituto Federal de Brasília, marillia.pereira@estudante.ifb.edu.br

Resumo

O desenvolvimento quando atrelado predominantemente a aspectos do crescimento econômico do país, do aumento das rendas individuais, da industrialização automatizada, e da modernização artificializada, alinha-se substancialmente à concepção de nação desenvolvida produzida pela visão globalizada e financeirizada. Na perspectiva de Amartya Sen, o desenvolvimento está associado à expansão das liberdades tidas como instrumento fortalecedor de suas capacidades, propiciadoras de oportunidades sociais e formuladoras das disposições político/culturais dos diversos povos e comunidades. Este artigo tem como objetivo relacionar as ideias expostas no livro de Amartya Sen, Desenvolvimento como Liberdade, aos princípios da economia solidária focando na experiência prática de construção e consolidação da Teia dos Povos no Sul da Bahia. A análise do estudo de caso sob esta perspectiva é entender quais estratégias precisam estar no enfoque das políticas de fomento ao que entendemos e tomamos por desenvolvimento dos territórios. Desta análise surge o entendimento que a partir das liberdades instrumentais, das capacidades e oportunidades dispostas, os indivíduos teriam condições próprias de autodeterminarem-se, empreendendo suas potencialidades na busca por satisfazer suas necessidades e gerar qualidade de vida. Os valores de uso e simbólicos, comungados pela Teia dos Povos, estão associados aqui à construção de autonomia dos territórios através das múltiplas concepções de identidade dos povos e comunidades com seus territórios.

Palavras-chave: Territorialidade; Identidade; Autonomia.

Introdução

O desenvolvimento, na perspectiva neoliberal, tende a ser atrelado substancialmente ao crescimento econômico do país, sem relevar as disposições sociais e econômicas e os direitos civis conjunturais. Segundo Amartya Sen (2000), o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e das rendas pessoais pode representar uma expansão real nas liberdades individuais, porém o desenvolvimento requer uma métrica holística de aspectos que diminuam as privações de liberdade, sejam elas, políticas, econômicas, sociais, nutricionais, ambientais, etc.

Para o Amartya (2000, p.18):

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, [...]. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epistemológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação de liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrição impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

Nesta análise, é considerado que as expansões das liberdades constitutivas estão vinculadas aos valores e costumes desenvolvidos no seio do debate público, e que conseqüentemente essas expansões são tolhidas pela inacessibilidade às oportunidades e capacidades. Para Sen (2000), o desenvolvimento deve pautar aspectos da qualidade de vida cotidiana que temos razão para valorizar, porém só a temos, porque somos atravessados por diversas dinâmicas. Se os debates públicos são guiados sob óticas capitalista, racista e patriarcal, os valores difundidos não iriam diferir aos princípios.

No capitalismo, a característica fundamental é a troca mercantil, a partir dessa lógica constitutiva, os indivíduos relacionam-se entre si, predominantemente como livres e iguais (apenas perante a lei). Logo, sem liberdade individual, igualdade formal e propriedade não poderiam haver contratos, mercado e portanto, capitalismo (ALMEIDA, 2022).

No Brasil, o Estado é codependente das forças do capitalismo, neste sentido, não é difícil constatar que parte das forças parlamentares defendem os interesses de monopólios e grandes corporações, por exemplo, incentivando

privatizações de setores estratégicos para o país. A sociedade brasileira preconiza a propriedade, a competitividade e a exploração do trabalho em detrimento aos direitos básicos constituintes, por vezes fetichizados.

A operacionalização desta lógica nos diversos setores da sociedade tem evitado reflexões acerca de implicações do Estado na formação racial e na sua exclusão, desconsiderando que as concepções raciais estão relacionadas às teorias econômicas. “Nesse sentido, raça e racismo se diluem no exercício da razão pública, na qual deve imperar a igualdade de todos perante a lei” (ALMEIDA, p. 89, 2020). Essa lógica está relacionada à vigência dos contratos sociais que perpetuam lógica/moral eurocêntricas de justiça social e constituição de direito.

Tendo em vista as alegações, conclui-se que o Estado tem relativa autonomia, uma vez que se pode usá-lo para limitar avanços que destroem conquistas sociais de grupos sobre outros, ou para fomentar a participação popular assegurando a legitimidade dos processos. Por essas forças imbricadas que regem o Estado, nota-se que as desigualdades sociais só têm se agravado, pauperizando as condições de vida, e principalmente as relações de trabalho. A atividade do trabalho, associada à transformação da natureza para satisfação das necessidades, na lógica mercantil, se torna apenas “produção de riqueza”.

Os setores de produção popular são constituídos por trabalhadoras e trabalhadores que têm a venda de sua mão de obra como reprodução de suas vidas. Nessa lógica o trabalho é ritmado tão somente pela vigência de um contrato de trabalho, que garanta um padrão de vida expresso em um salário. Evidentemente que em um contexto de aprofundamento da crise do capital, os primeiros a sentir o sucateamento das relações de trabalho, regulamentadas através de um Estado burguês, são aquelas e aqueles que vendem sua mão de obra para reprodução de sua própria subsistência.

A crescente taxa de desemprego, informalidade e uberização do trabalho no país agravada pela reforma trabalhista (Lei 13.467 de 2017), instaurada por Michel Temer, intensificou a opressão imposta sobre a classe trabalhadora, flexibilizando as relações, maximizando a exploração e precarizando as condições de trabalho.

“É nesse contexto de exclusão, carências e necessidades materiais que se situam as práticas cotidianas e insurgentes de novas identidades sociais, que podem ser vistas como portadoras potenciais de “construção social” e de novas formas criadoras de ação política coletiva, bem como fonte insurgente, instituinte e plural de produção normativa” (WOLKMER, 2022).

O novo sujeito coletivo atua através de sua autodeterminação imbricada à luta de classes, alicerçando-se na construção plural e alternativa de saberes e valores, fundada no seio dos movimentos sociais. Estes indivíduos excluídos e marginalizados frente ao vigente modelo econômico e de desenvolvimento do país, procuram formas de superar as condições de exploração da reprodução de suas vidas.

A Economia Solidária enquanto movimento social, político e econômico faz contraponto à dominação capitalista, propondo sua superação através da autogestão e cooperação livre do trabalho. Segundo Singer (2002), ela fundamenta-se na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. Essa tecnologia social tem se mostrado muito útil na superação das contradições do capital e principalmente de sua força constituinte, o trabalho. Garantindo a autonomia e autodeterminação dos povos na construção de uma aliança entre povos territorializados.

Este artigo tem como objetivo relacionar as ideias expostas no livro de Amartya Sen, Desenvolvimento como Liberdade, aos princípios da economia solidária focando na experiência prática de construção e consolidação da Teia dos Povos no Sul da Bahia. A articulação, composta por comunidades, povos, territórios e organizações tem por objetivo a superação das opressões através da aliança dos povos quilombolas, indígenas e camponeses por Terra e Território.

A articulação da Teia dos Povos surge da reflexão crítica de que não será o estado burguês quem propiciará a seguridade de direitos fundamentais dos povos e das comunidades, mas sim, a livre cooperação entre povos autônomos, solidários, territorializados e decoloniais (FERREIRA; FELÍCIO, 2021).

Metodologia

A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica de caráter exploratório acompanhada do Estudo de Caso sobre a Articulação da Teia dos Povos do Sul da Bahia. Os materiais utilizados para o levantamento bibliográfico e Estudo de Caso estão esquematizados em tabelas contendo informações relevantes ao entendimento e construção de conhecimentos e análises. A Tabela 1 contém os títulos, autores e ano de publicação dos livros referenciados, a Tabela 2 traz o título, artigo, autores e ano de publicação das revistas consultadas, e a Tabela 3 com categoria, título, autores e ano de publicação de outros materiais consultados.

Tabela 1 - Livros

Títulos	Autores	Ano
Desenvolvimento como Liberdade	Amartya Sen	2000
Introdução à Economia Solidária	Paul Singer	2002
Racismo Estrutural	Silvio Almeida	2020
Por Terra e Território: Caminhos da revolução dos povos no Brasil	Joelmo Ferreira e Erasmo Felício	2021
Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia (coletânea de artigos) Artigo- Articulação e Autonomia para os Povos em Movimento	Naira Reinaga de Lima	2020

Tabela 2 - Revistas

Títulos	Artigos	Autores	Ano
Revista de Direito da Universidade de Brasília	<p>I -Legitimidade dos sujeitos sociais e a construção plural de direitos.</p> <p>II- O Direito achado na rua e a relação direito e movimento social na teoria do direito.</p> <p>III- O direito achado na rua: práxis no percurso de fortalecimento das lutas sociais.</p>	<p>I- Antonio Carlos Wolkmer</p> <p>II- Antonio Escrivão Filho e Renata Carolina Corrêa Vieira</p> <p>III-Euzamara de Carvalho</p>	2022
Revista Ambiente & Sociedade	A Teia dos Povos e a universidade: Agroecologia, saberes tradicionais insurgentes e descolonização epistêmica	Spensy Kmitta Pimentel e Paulo Dimas Rocha de Menezes	2022

Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade	A autonomia como estratégia política e territorial entre os movimentos sociais no Brasil: entrevista com a teia dos povos da Bahia.	Fábio Márcio Alkmin e Waldo Lao Fuentes Sánchez	2021
--	---	--	------

Tabela 3 - Outros materiais

Formatos	Títulos	Autores	Ano
Tese	Um diálogo entre Michel Foucault e a economia solidária: Relações entre as práticas de liberdade e autogestão: Um estudo de caso da cooperativa de economia solidária teia ecológica.	Renan Costa Valles Scarano	2015
Dicionário	O dicionário de Agroecologia e Educação da FIOCRUZ	Produção coletiva coordenada pelo MST e Editora Expressão Popular	2021
Vídeos		Núcleo Audiovisual de Difusão Anarquista.	2022

No primeiro momento o intuito foi apresentar as ideias de Amartya Sen sobre as liberdades fundamentais e sua relação com o desenvolvimento de uma nação, enviesado principalmente nas relações de força de trabalho, tendo como objetivo refletir quais convergências e dissonâncias suas ideias produzem sobre aspectos da economia solidária no quadro conjuntural brasileiro.

Posteriormente, busco compreender a partir do Estudo de Caso focado na construção e consolidação da Articulação da Teia dos Povos do Sul da Bahia, como as reflexões sobre as ideias de Amartya Sen podem ser entendidas na perspectiva dos povos e comunidades territorializadas.

O objetivo ao analisar o Estudo de Caso sob esta perspectiva é entender quais estratégias precisam estar no enfoque das políticas de fomento ao que entendemos e tomamos por desenvolvimento.

Resultados e Discussão

Amartya Kumar Sen, economista e filósofo indiano nascido na década de 1930, traz em seus trabalhos contribuições significativas à compreensão dos conceitos sobre miséria, fome, pobreza e bem-estar social. O autor, agraciado com o Prêmio Nobel de Economia de 1998, lecionou na Índia e nos Estados Unidos, sendo o primeiro não britânico a ocupar a posição de professor titular do Trinity College, no Reino Unido, em 1988.

"Desenvolvimento como Liberdade", escrito em 1999, é a sétima obra do autor, lançada pela Editora Companhia das Letras, no Brasil em 2000. A narrativa central busca demonstrar que o desenvolvimento pode ser visto como o processo de expansão das liberdades humanas. Estas são conceituadas como fins prioritários, assim como, principal meio ao exercício do desenvolvimento. Caracterizando-se respectivamente, enquanto papel constitutivo e papel instrumental das liberdades.

A liberdade política, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora, consideradas pelo autor como liberdades instrumentais, estão centradas na atuação do "agente" e nas capacidades e oportunidades dispostas. Este enfoque diverge de visões reducionistas, que caracterizam o progresso tão somente ao crescimento econômico do Produto Nacional Bruto, ao acréscimo das rendas individuais, à industrialização, e aos avanços tecnológicos.

A análise apresentada por Sen compreende que os aspectos econômicos, industriais e tecnológicos são intrínsecos ao desenvolvimento, porém as relações empíricas entre as liberdades instrumentais constituem-se como aspecto primordial ao dito progresso, quiçá a sua conceituação. "Ver o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas tem implicações muito abrangentes para nossa compreensão do processo de desenvolvimento e também para os modos e meios de promovê-lo" (SEN, 2000, p. 47).

Os direitos civis, políticos e sociais, as oportunidades de crítica e fiscalização de autoridades, a livre expressão política e partidária, a imprensa livre de censura, são exemplos que se constituem enquanto aspecto das liberdades políticas.

Sendo assim, a liberdade política, na forma, por exemplo, de eleições livres e democráticas, promove a segurança econômica. Serviços como oferta de ensino escolar ou sistema público de saúde são oportunidades sociais que impulsionam a participação econômica, política, etc.

Nessa perspectiva, outras liberdades, como a participativa, contribuem tão significativamente ao desenvolvimento quanto o crescimento econômico. Através das discussões públicas emergem compreensões de espectros sociais, políticos, ambientais e econômicos dos mais diversos, capazes de modular a atuação social e a impactar na elaboração de políticas públicas.

Tangencialmente, pontua-se sobre a insurgência de novos sujeitos sociais, “a partir de sociabilidades humanas diversas que, na prática cotidiana de uma cultura político institucional e de um modelo socioeconômico particular, são atingidas na sua dignidade pelo efeito perverso e injusto das condições de vida impostas pelo alijamento do processo de participação, de discriminação e de negação da satisfação das mínimas necessidades” (WOLKMER, 2022, P.30).

Sen (2000) caracteriza as facilidades econômicas como a oportunidade do indivíduo de utilizar recursos econômicos com propósito de consumo, produção ou troca. Essa oportunidade em forma de aquisição de intitamentos se expande mediante as condições de troca estabelecidas, sob os preços relativos e o funcionamento dos mercados.

Essas relações imbricadas entre as liberdades reforçam a prioridade em avaliar o desenvolvimento, primordialmente a partir do aumento real das liberdades humanas e da condição de agente das pessoas. Isto significa dizer que se deve considerar a integração das liberdades substantivas interligadas e aspectos que dialogam com processos emancipatórios na perspectiva da evolução social.

Nos diversos exemplos sobre contextos econômicos mundialmente distintos, o autor demonstra com êxito que tão somente a liberdade econômica vivenciada por um cidadão não garante capacidades e oportunidades à uma vida plena.

Em um destes, o autor analisa que nos Estados Unidos a população preta é relativamente pobre em comparação à população de brancos, porém em

relação aos habitantes de países emergentes são considerados mais ricos. No entanto, mesmo obtendo condições financeiras consideradas mais vultosas, a população preta dos EUA, assim como em países como Brasil enfrentam as mazelas da ineficiência do estado burguês.

A dissonância entre a renda per capita e a liberdade individual, na análise de Sen explicita tanto o papel constitutivo quanto instrumental de outras liberdades para o exercício do progresso econômico, social, ambiental, político, etc.

Sob essa ótica, podemos constatar que o mercado, o trabalho e as relações que o constitui, também são dinâmicas atravessadas pela expansão e exercício das liberdades instrumentais.

Na perspectiva do “Desenvolvimento como Liberdade”, o autor caracteriza os mercados para além de seus aspectos utilitários e/ou dos resultados obtidos através destes. Mas Sen (2000, p. 136) traz que o argumento mais imediato em favor da liberdade de transações de mercado baseia-se na importância fundamental da própria liberdade.

A liberdade de comprar, vender, trocar, enfim, a liberdade de modular acordos de transação de bens e serviços são importantes à capacidade coletiva e individual da sociedade de prosperar.

Os valores difusos pelo mercado capitalista, seja por leis, regulamentos ou convenções tendem a garantir a perpetuação da exploração da mão de obra, sustentado por princípios que pautam a propriedade individual aplicada ao capital e a liberdade individual. O modo de produção com esse viés reforça a narrativa de que os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores colecionam desvantagens e prejuízos. “O resultado natural é a competição e a desigualdade” (SINGER, 2002, p. 10).

Uma Outra Economia

Paul Singer (1932-2018) professor, escritor e economista brasileiro que atuou como Secretário Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego em 2011, possui uma vasta experiência com o modo de produção coletiva e cooperativista.

Assim como Amartya Sen trata dos valores pelos quais temos ou não razão para valorizar como parâmetro importante ao que tomamos e exercemos enquanto desenvolvimento, os princípios e valores da economia solidária pautam com ênfase os porquês da valorização do trabalho em cooperação e da coletivização dos modos de produção.

Os princípios de adesão livre, gestão democrática, retorno pró-rata de operações, juros limitados ao capital, venda a dinheiro, educação dos membros associados e a cooperativização global, bem como os valores de honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com semelhantes (SINGER, 2002), fortalecem a atuação imbricada das liberdades, porém em um contexto onde as liberdades individuais exercidas, fomentam espaços de formação de sujeitos coletivos atuantes frente à organização do trabalho.

Segundo o Dicionário de Agroecologia e Educação da FIOCRUZ (2021), a economia solidária constitui-se enquanto formas de produção e comercialização baseadas na cooperação e associação livre entre os trabalhadores, compreendendo que a “era da barbárie” caracterizada pelas disparidades ensejadas através dos mercados já não mais pode ser superadas dentro dos modelos de produção capitalistas.

Prova disso é o crescimento do analfabetismo e do analfabetismo funcional, o colapso ambiental, o crescimento do desemprego e subemprego em escala planetária, a intensificação da exploração dos trabalhadores, a destruição dos direitos do trabalho e a longa contrarreforma do Estado. Podemos acrescentar também os processos de favelização e condominização, o roubo de terras, assassinato de posseiros, indígenas, quilombolas, sem-terra, como fenômenos da era da barbárie (NOVAES, 2022, p. 1).

A premissa da dinâmica cooperativa, como bem nos assegura Singer (2002), possui capacidade de unificação da classe trabalhadora, visto que o princípio de propriedade coletiva ou associada do capital, pensada e organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar, tendem a gerar solidariedade e igualdade entre os indivíduos.

Empresas capitalistas baseiam-se na lógica de escalonamento de salários segundo o tipo de função e a oferta/demanda do mesmo no mercado de trabalho. Singer (2002, p. 11) complementa ainda que outras características

como: expectativas de carreira, benefícios não salariais, bônus salariais, planos de saúde subsidiados, entre outros, são utilizados enquanto formadoras de planos de classificação de cargos, marcado pela intensa competitividade e rivalidade entre as carreiras. O mesmo autor pontua ainda, que as razões para o escalonamento de salários das empresas capitalistas e solidárias, quase sempre apresentam interseccionalidades distintas.

Nas empresas solidárias considera-se que cada sócio possui voz e voto com peso igualitário na tomada de decisões. Ao contrário da oferta de salários escalonados das empresas capitalistas a retirada atribuída a cada sócio varia conforme decisão de todos, bem como do contingente das receitas. Em alguns casos, os empreendimentos solidários realizam o escalonamento de salários, para funções consideradas estratégicas na gestão organizacional e/ou operacional das empresas solidárias, ou ainda replicam a habitual lógica de trabalho com a qual foram forjados.

A repartição do excedente anual, comumente denominado de sobra nos empreendimentos solidários, tem destinação decidida também pelo conjunto de sócios em assembleia. Já os lucros obtidos em empresas capitalistas quase sempre têm destinação controlada por um grupo restrito de acionistas, motivados pelo interesse próprio e quase sempre ubíquo.

Uma parte dessas sobras constitui

“o fundo de educação (dos próprios sócios ou de pessoas que podem vir a formar cooperativas), a outra é posta em fundos de investimento, que podem ser divisíveis ou indivisíveis, e o que resta é distribuído em dinheiro aos sócios por algum critério aprovado pela maioria: por igual, pelo tamanho da retirada, pela contribuição dada à cooperativa, etc” (SINGER, 2002, p. 14).

O fundo indivisível, considerado capital de operacionalização, pertence à cooperativa como um todo, constituindo um legado dos mais antigos aos sucessores. Para Singer, essa prática sinaliza que os empreendimentos solidários não servem aos interesses de um seletivo grupo, mas as comunidades presentes e futuras.

Os empreendimentos solidários caracterizam-se ainda pela autogestão aplicada à operacionalização, o que demanda que informações e consultas fluam de cima para baixo e as ordens e instruções de baixo para cima (SINGER, 2002).

A perspectiva da Economia Solidária tem como mérito primordial o desenvolvimento humano e a insurgência de sociabilidades expressas em práticas ligadas aos empreendimentos, a partir de decisões coletivas, realizadas com autoconfiança, autodeterminação e com seguridade, fomentadas pela formação democrática das sócias e sócios. Assim, a concepção do “[...] ‘novo sujeito coletivo’ é um sujeito vivo, atuante e livre, que participa, autodetermina-se e modifica a mundialidade do processo histórico-social” (WOLKMER 2022, p. 31).

Tangencialmente, Wolkmer (2022, p. 33) pontua

“naturalmente que a consequência desse processo de redefinição das fontes de produção social normativa revela-se uma autêntica e potente ‘revolução no cotidiano’, envolvendo também a transformação do Estado em núcleo exclusivo e absoluto do poder societário. Encarar o Estado sob novas funções implica não mais o ver como tutor permanente da sociedade e detentor único do monopólio de criação jurídica, mas, agora, como uma instância democratizada mandatária da comunidade, habilitado ao amplo exercício de atuação pública sob o controle da participação da cidadania em seus diversos espectros sociais”.

Apesar da economia solidária constituir-se enquanto modo de produção contra hegemônico, a regulamentação e controle são atravessados pela atuação estatal. A ineficiência constitutiva do estado burguês, com sua incapacidade para alijar-se das disparidades forjadas na sua concepção, arregimenta as normas que outrora representam a superação do assujeitamento e da exploração. Entretanto, a concepção dos valores societários advindos do exercício de consciência do sujeito coletivo emerge de reflexões éticas e culturais do meio, que então influem sobre o ambiente institucional.

Estudo de caso

“A minha trajetória com a terra é a mesma com a liberdade, porque terra e liberdade são inseparáveis” (JOELSON FERREIRA, 2012).

A Articulação da Teia dos Povos surge em 2012, na I Jornada de Agroecologia da Bahia, realizada no Assentamento Terra Vista em Arataca (BA). As jornadas agroecológicas tem o objetivo de articular principalmente a luta campesina aos movimentos sociais e políticos do contexto inserido, com o intuito de fomentar políticas públicas e espaços de construção de estratégias de atuação.

“Ao final de cada uma das jornadas, a Teia dos Povos se manifesta

por meio de uma carta, proporcionando-nos um conjunto de documentos que podem servir como um roteiro para compreensão da

evolução e ampliação da aliança” (PIMENTEL; MENEZES, 2022, p. 5).

A Teia dos Povos do Sul da Bahia foi pensada inicialmente enquanto uma rede agroecológica de difusão de sementes crioulas, porém, já com uma perspectiva territorial de enfrentamento ao capitalismo fortemente consolidada. Pela expansão das alianças promovidas pela Teia, pautas como a reforma urbana, o feminismo, a espiritualidade negra e indígena, o combate ao capitalismo verde são pontuadas sob a ótica decolonial, não patriarcal e anti racista.

A reflexão crítica acerca do surgimento da Teia compreende e age frente ao Estado patriarcal, racista e burguês que não só, não promoverá justiça social, como também se faz oposição às lutas emancipatórias e as conquistas sociais.

Nesta ótica, há a percepção que a democracia também não garante a efetividade de exercício dos direitos fundamentais, justamente pela falácia da conciliação entre as classes sociais.

Estamos falando de povos que perderam seus rios por hidrelétricas, por mineradoras, por empreendimentos do agronegócio que usaram toda água para irrigar seus bolsos. [...] de povos que estão sofrendo genocídio por arma de fogo nas periferias. (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p. 30)

Desta reflexão surge a articulação entre comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas com o objetivo de formular estratégias de emancipação coletiva pensada a partir da perspectiva da luta por Terra e Território, isto através de uma Aliança Preta, Indígena e Popular.

Sobre a Aliança entre os povos Joelson Ferreira e Erahsto Felício (2021, p. 23) pontuam que se

[...] congregam sem-terras, sem-tetos, pescadoras e pescadores, quilombistas de periferia, quilombolas, povos de fundo e fecho de pasto, extrativistas, povos originários como os Tupinambá, Pataxó, Pataxó Hã-hã-hãe e Payayá, além de coletivos, grupos de estudos e sujeitos em luta, embora desterritorializados.

A construção da Teia dialoga com três princípios fundantes, considerados horizonte comum aos entes que constituem a aliança, são eles:

Tabela 4 - Princípios Fundantes da Teia dos Povos

Princípios Fundantes		
I- Terra e alimento como princípio filosófico e de vida, que se constrói através da solidariedade irrestrita aos movimentos pela defesa da territorialidade, tendo como instrumento a pedagogia do exemplo.	II- O trabalho e o estudo para liberdade que possibilite a construção de um novo modo de vida, desconstruindo a herança dos modelos capitalista, racista e patriarcal.	III- Reafirmar o olhar ancestral na edificação de um novo tempo, contextualizado à nossa forma.

Fonte: (FERREIRA; FELÍCIO, 2021).

A construção da jornada e articulação da Teia dos Povos permitiram espaços de diálogo, entre povos territorializados, movimentos sociais e indivíduos que ainda não constituíram seu território, buscando principalmente a unidade de ação, gerada através da identidade territorial ou da luta pela terra.

Neste contexto existem duas principais frentes de atuação, os Núcleos de base e os Elos da teia. Os territórios já consolidados e organizados, de onde surgem as lideranças, as diretrizes de ação, a direção de luta, são os chamados Núcleos de base (FERREIRA; FELÍCIO, 2021). Já os Elos da teia, caracterizam-se enquanto conectores dos Núcleos de base e são compostos por coletivos, organizações e pessoas desterritorializadas.

A tecitura das alianças que constitui a Teia conta com o apoio de muitas e muitos,

“[...] é importante trazer para perto os coletivos agroecológicos, organizações de estudantes, professores universitários, grupos de pesquisa, associações, institutos de pesquisa e coletivos políticos que possam cumprir tarefas específicas junto aos povos (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p. 36).

A descentralização dos espaços dialógicos e de tomada de decisões nos territórios faz emergir um conhecimento muito particular acerca das especificidades espaciais, geográficas, produtivas, econômicas, ambientais, etc. A centralidade da organização se encontra pautada através dos princípios de terra e território, na concepção de que a perpetuação dos modos de vida e saberes se fazem a partir da perspectiva territorial, é a partir do território que se dá a noção de pertencimento e identidade.

Segundo Joelson Ferreira e Erahsto Felício (2021), ao pensarmos o território, faz-se referência direta a um local carregado de simbologias de pertencimento, respeito a abundância de vida e a geração de riquezas. A luta acerca da Terra e da construção da territorialidade é o que garante a autonomia, autodeterminação e autogestão dos povos que constituem essa aliança.

A desterritorialização dos povos é compreendida como um projeto institucionalizado da política de morte, pois a soberania hídrica e alimentar, a democratização da terra e a defesa dos territórios, dos saberes e das ancestralidades são adversas à narrativa de expropriação e exploração vendida como desenvolvimento, pelo neoliberalismo. “O lucro deles é a destruição rápida e veloz de nossos territórios, de nossos biomas” (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p. 42).

“No Território estão as chances de sobrevivência, identidade coletiva, autonomia, defesa de nós e dos nossos. Sabemos que a estrutura colonial e o latifúndio trabalham continuamente pela marginalização do povo preto nas grandes cidades e pelo assassinato em massa de povos indígenas, invadindo e expropriando nossos territórios de maneira injusta e indevida” (TEIA DOS POVOS, 2020).

Tomar como princípios da Jornada a luta pela terra e a defesa do território compreende-se em sobrepular as cercas, através de ações que fortaleçam o processo de autonomia e autodeterminação dos povos e comunidades sobre seus territórios.

Na busca pela autonomia cada território traça suas caminhadas, quase sempre alinhadas pelos infortúnios impostos pela lógica capitalista. As caminhadas são construídas através dos “passos” (tarefas, ações e práticas) concebidos sob a ótica das especificidades dos territórios e necessidades comuns.

Uma das tantas caminhadas se refere a “Caminhar para a soberania alimentar”, uma vez que a automação agrícola, os produtos transgênicos, viabilizado pela produção monocultural e consumo de agrotóxicos tem gerado impactos ambientais e socioeconômicos cada vez mais catastróficos, impondo desastres ambientais, perda de biodiversidade, altas taxas de desemprego, fome e miséria em detrimento da expropriação de bens dos territórios e exploração da força de trabalho.

O caminho traçado pela Teia tem sido inspirado pela agroecologia e conhecimentos ancestrais das agriculturas dos povos. (FERREIRA; FELÍCIO, 2021).

Tabela 5 - Exemplos de Caminhos traçados pela Teia dos Povos

Exemplos de passos para o trabalho e a geração de renda na perspectiva da territorialidade	· criação de moeda própria para circulação de riqueza internamente e/ou entre comunidades
	· criação de rede de serviços para atender as demandas territoriais
	· ampliação da participação dos povos e comunidades na cadeia produtiva, dominando o beneficiamento, a logística e comercialização
	· centrais de comercialização de produtos advindos do território
	· venda de produtos pela internet

Fonte: (FERREIRA; FELÍCIO, 2021).

Como já mencionado, os passos das distintas caminhadas tem suas condições e causalidades referentes ao contexto territorial, porém alguns dos “passos” apontados são inerentes às propostas de cada caminhada. O exemplo da obra escrita por Joelson e Erahsto, **Por Terra e Território: caminhos da revolução no Brasil**, traz em suas páginas, muitos dos “passos” necessários à construção da caminhada para autodeterminação, autogestão e autofinanciamento dos povos e comunidades territorializados.

A autonomia econômica gestada sob a perspectiva da territorialidade não concebe que a posse de terra por si só, seja geradora de riquezas, porém que devemos desenvolver produção ao ponto de superar o alcance do modelo hierárquico (FERREIRA; FELÍCIO, 2021).

Sobre a concepção de trabalho e renda, os passos exemplificados por Joelson e Erahsto congregam aspectos fortalecedores aos processos emancipatórios (FERREIRA; FELÍCIO, 2021).

Além destes “passos”, muitos outros podem emergir das distintas experiências dos povos e comunidades com a gestão da força de trabalho, a “criação de rede de serviços para atender as demandas territoriais” por si só, é um terreno fértil para a concepção da existência e essencialidade de produtos e serviços pensados a partir da identificação de demandas da própria comunidade sobre desenvolvimento de seus territórios.

Tabela 6 - Aproximações de Concepções de Desenvolvimento como Liberdade, Economia Solidária e Caminhos traçados pela Teia dos Povos

As liberdades instrumentais	Princípios e valores da economia solidária	Aspectos do desenvolvimento segundo a autodeterminação de comunidades e povos territorializados
I- Liberdade política II- Facilidade econômica III- Oportunidades sociais IV- Garantias de transparência V- Segurança protetora	Princípios I- Adesão livre II- Gestão democrática III- Retorno pro rata das operações IV- Juros limitados ao capital V- Venda a dinheiro VI- Educação dos membros VII- Cooperativização global Valores I- Honestidade II- Transparência III- Responsabilidade social IV- Preocupação com seu semelhante	I- Caminhar para a soberania alimentar II- Caminhar para a soberania hídrica III- Caminhar para o trabalho e renda IV- Caminhar para a soberania pedagógica V- Caminhar para a soberania energética VI- Caminhar para a autodefesa VII- Construir a Aliança Preta, Indígena e Popular VIII- Rede e frente de mulheres

Fonte: Autoria própria.

Pensar a organização do trabalho nesta perspectiva é o início da caminhada para a autonomia econômica, autodeterminação dos povos e comunidades, e autogestão dos territórios.

No Assentamento Terra Vista (ATV), a geração de saúde a partir da alimentação saudável, uso de plantas medicinais, cosméticos naturais e fitoterápicos tem impulsionado a coletividade e a colaboração entre mulheres da Teia dos Povos, gerando renda, promovendo agroecologia e fomentando espaço de participação das mulheres na geração de renda e no empreendimento de estratégias e soluções para o território.

O coletivo 'Arte da Terra', articulado em 2013 por mulheres do Assentamento Terra Vista (BA), busca gerar a própria autonomia a partir da extração de óleos essenciais e produção de fitoterápicos. Desde o início da ocupação da Fazenda Bela Vista em 1992. As espécies de plantas medicinais são cultivadas e manipuladas pelas mulheres, guardiãs deste conhecimento na comunidade, "[...] utilizando as plantas medicinais em chás, banhos, benzeções, cuidados no parto e pós-parto, no tratamento de doenças além do uso culinário" (TEIA DOS POVOS, 2022).

O coletivo emerge das necessidades da comunidade em preservação de seus territórios, produção de alimentos saudáveis, geração de renda e promoção de saúde aliados à preservação da Mata Atlântica (e outros biomas).

“O objetivo maior do coletivo é formar uma rede de trabalho colaborativo entre mulheres da Teia dos Povos, organizadas coletivamente para se apoiarem mutuamente, fortalecer meios para geração de renda, valorização do trabalho feminino e da agroecologia”
(TEIA DOS POVOS, 2022).

No âmbito da 1ª Pré Jornada de Agroecologia da Região Metropolitana de Salvador e da VI Jornada de Agroecologia da Bahia na cidade de Utinga surgem as primeiras mobilizações para a implementação de farmácias vivas nas comunidades dos Quilombos Paraíso e Manuel Faustino, em Salvador.

A partir das práticas do coletivo e de outras iniciativas de promoção de saúde no território, surge o esforço coletivo de elaboração de plano de trabalho para implementação do Projeto Farmácia Viva Popular: Saúde, Agroecologia e Soberania Alimentar, uma parceria entre o Movimento Sem Teto da Bahia, a Teia dos Povos, o Movimento dos Pequenos Agricultores e a Universidade do Estado da Bahia com intuito implantar modelos de produção de espécies medicinais, fazer o beneficiamento das espécies medicinais e a comercialização de produção agroecológica para restauração e preservação agroecológica participativa de área degradada da APA Bacia do Cobre/ São Bartolomeu e no ATV.

As farmácias vivas instituem-se enquanto práticas de manejo ambiental, de cultivo e beneficiamento de plantas medicinais e produção de fitoterápicos para promoção da saúde, respaldada pela Política Nacional de Práticas Integrativas Complementares, aprovada por meio da Portaria MS/GM nº 971 de maio de 2006.

No contexto do Assentamento Terra Vista (ATV), a proposta de implementação constitui-se em

“promover o cultivo de plantas medicinais em sistema agroflorestal dentro do território do assentamento; produzir medicamentos naturais a partir do beneficiamento destas plantas em laboratório próprio; além de estimular o uso de medicamentos naturais e valorizar a medicina popular” (TEIA DOS POVOS, 2022).

A implementação de sistemas agroflorestais medicinais no Assentamento Terra

Vista, o cultivo e beneficiamento das plantas, a produção de fitoterápicos e cosméticos naturais, proporcionam o intercâmbio dos saberes populares entre o campo e a cidade, tem potencial de gerar de renda, fortalecer a economia e desenvolvimento local, além de impactar na gestão de uso dos recursos naturais.

A intencionalidade de satisfação das demandas territoriais precisa ser fortalecida nos diferentes setores produtivos e em suas distintas cadeias de produção, compreendendo que os territórios e suas potencialidades sobrepujam a capacidade de produção de matéria prima.

Sob essa perspectiva Joelson Ferreira e Erahsto Felício (2021) se colocam em disputa contra hegemônica sobre os sistemas agroindustriais, onde estes agregam mais valores nos mercados mais a jusante da cadeia produtiva, a saber; a agroindustrialização, a logística e os serviços. Dessa forma busca-se modelar cadeias produtivas em circuitos curtos, ou ainda àqueles que se utiliza de novas tecnologias de informação e comunicação, possibilitando maiores receitas aos povos tradicionais.

A construção de uma economia própria deve abarcar múltiplas áreas de atuação para que “[...] os mercados de nossas comunidades nos pertençam, que a logística responsável por escoar nossos produtos nos pertença, que os comércios nas cidades que vendem nossos produtos sejam de nossa articulação, evitando assim os atravessadores” (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p. 73).

O projeto Farmácia Viva Popular se propõe a promoção de práticas integrativas e complementares de saúde, assim como às trocas de conhecimento técnico sobre os sistemas agroflorestais, restauração e preservação ambiental, produção de espécies medicinais e alimentares, uso de plantas medicinais e alimentação saudável na cura de doenças, além de contribuir na geração de renda aliada à preservação do bioma.

As experiências adquiridas a partir das Farmácias Vivas possibilitam o desenvolvimento de habilidades e competências acerca de identificação, cultivo e beneficiamento de plantas medicinais, na produção de fitoterápicos e na promoção da produção agroecológica oportunas à formação continuada dos

coletivos emergentes do território.

Tabela 7 - Resultados de ações esperadas pela Teia dos Povos do Projeto Farmácia Viva Popular: Saúde, Agroecologia e Soberania Alimentar.

a) a implantação de uma Farmácia Viva para criação do Espaço de Referência em Saúde Popular e Agroecologia da APA Estadual Bacia do Cobre/São Bartolomeu;
b) a restauração e preservação agroecológica participativa de área degradada da APA Estadual Bacia do Cobre/São Bartolomeu, nas proximidades do Hospital do Subúrbio;
c) o fortalecimento das redes agroecológicas e as práticas populares de cuidado nos territórios periféricos de Salvador;
d) a reativação da estrutura do laboratório no Assentamento Terra Vista para beneficiamento e produção dos medicamentos à base de plantas medicinais;
e) a bio construção de um espaço para distribuição e comercialização de produtos da Farmácia Viva e outros produtos do Assentamento Terra Vista – como o Chocolate Artesanal Terra Vista e os óleos essenciais produzidos no assentamento por um coletivo de mulheres;
f) a formação de agentes multiplicadores através de oficinas e vivências com mestres(as) que atuam na promoção da saúde utilizando plantas medicinais e saberes populares ancestrais através das oficinas e intercâmbios entre a comunidade do Assentamento Terra Vista e a comunidade beneficiada pelo projeto em Salvador;
g) a disponibilização para a comunidade da produção fitoterápica da Farmácia Viva.

Fonte: TEIA DOS POVOS (2022).

A implementação das farmácias vivas no contexto do ATV fortalece aspectos da autonomia do cuidado e autocuidado, qualidade de vida e saúde das famílias assentadas, oportunizando através de experiências e aprendizados a construção de estratégias para desenvolvimento do território, geração e circulação de renda e suprimento das demandas comerciais.

Dentre as diversas ações empregadas anteriormente, e a partir da execução do projeto no território, o preparo de áreas para implementação dos SAF's medicinais (FIGURA 1 e 2), a produção de mudas (FIGURA 3 e 4), a colheita (FIGURA 5 e 6), o beneficiamento das plantas medicinais (FIGURA 7) e comercialização dos produtos do Coletivo, são práticas que congregam, os saberes dos povos que compõem a Teia, na busca por estratégias territoriais capazes de suprir demandas de cada uma das etapas das cadeias produtivas já consolidadas ou de potenciais cadeias.

FIGURA 1 e 2 - Preparo de áreas.



FIGURA 3 e 4 - Produção de mudas.



FIGURA 5 e 6 - Mutirão para Colheita de manjericão e pimenta rosa.



Fonte: COLETIVO ARTE DA TERRA (2020).

FIGURA 7 - Processo de extração de óleos essenciais pelo núcleo de mulheres Arte da Terra, no Assentamento Terra Vista



Fonte: TEIA DOS POVOS (2022).

Assim como os óleos essenciais e hidrolatos produzidos e comercializados pelo 'Coletivo Arte da Terra', existem ainda outros produtos de higiene e cosméticos naturais (Tanara Artesanal; Alquimias da Ani; Frutos da Terra) oportunizados através das diversas parcerias entre instituições de ensino, pesquisa e extensão, movimentos sociais do campo e outros territórios. O Assentamento Terra Vista também é conhecido pelo cultivo de cacau orgânico

e produção de chocolate fino, reconhecido mundialmente. O ATV tem suas práticas cada vez mais fortalecidas pelo intercâmbio de saberes entre os povos que compõem a Teia, viabilizados também através do Centro de Formação Profissional do Campo Milton Santos e da Escola-Fábrica de chocolate do Litoral Sul.

Conclusões

A concepção de projetar-se em caminhadas pela autodeterminação dos povos e autonomia dos territórios converge diretamente com a perspectiva de desenvolvimento a partir da expansão das liberdades instrumentais.

A perspectiva das liberdades instrumentais enquanto fim e meio do progresso, denota o apreço a valores associados à própria liberdade que as pessoas têm de conceber e propiciar o desenvolvimento. É necessário que os indivíduos possuam liberdade política, oportunidades sociais, garantia de transparência, facilidades econômicas e a segurança protetora para que a partir delas decidam e por meio delas possam atuar pelo exercício do progresso e expansão das próprias liberdades.

O ideário de desenvolvimento outrora atrelado predominantemente a aspectos do crescimento econômico do país, do aumento das rendas individuais, da industrialização automatizada, e da modernização artificializada, alinha-se substancialmente à concepção de nação desenvolvida produzida pela visão globalizada e financeirizada.

Desta análise surge o entendimento que a partir das liberdades instrumentais, das capacidades e oportunidades dispostas, os indivíduos teriam condições próprias de autodeterminar-se, empreendendo suas potencialidades na busca por satisfazer suas necessidades e gerar qualidade de vida. Os valores atrelados já não convergem com a visão utilitarista, tecnicada e artificial para o exercício do progresso.

Os valores de uso e simbólicos, comungados pela Teia dos Povos, estão associados aqui à construção de autonomia dos territórios através das múltiplas concepções de identidade dos povos e comunidades com seus territórios. Tendo-os enquanto espaços propiciadores da condição irrestrita de reprodução da vida, de sobrevivência, de identidade coletiva, de autonomia e de defesa dos povos e comunidades.

As iniciativas da Farmácia Viva oportuniza a expansão de outras liberdades, pois a partir do acesso à fitoterápicos e cosméticos produzidos no território, oportuniza-se o cuidado e autocuidado, além de fomentar políticas numa perspectiva participativa, instituída nas relações dos sujeitos históricos e de direitos, em suas materialidades territoriais. Considerando múltiplas simbologias, tendo o trabalho, a educação e a cooperação como raízes de sociabilidade humana e pilares da construção de identidade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio L. **Racismo Estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. 5.ed. São Paulo: Jandaíra, 2020. 255 p.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. **Por terra e território**: caminhos da revolução dos povos no Brasil. Prefácio de TünyCwe Wazahi Tremembé (Rosa Tremembé). Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021. 178 p.

FERREIRA, Joelson. **Terra Vista, Terra-Mãe**: Existência Grandiosa no Campo, Políticas da Terra Vista, Terra-Mãe. Caderno de Leituras N. 111 Disponível em tinyurl.com/retratomestrejoelson. Acesso em 15/05/2023.

NOVAES, Henrique Tahan. **Economia Solidária**. Revista Acordes Nº 10, 2022. Disponível em <https://publicaciones.ucuenca.edu.ec/ojs/index.php/acordes/article/view/4448> . Acesso em 15/05/2023.

PIMENTEL, Spensy Kmitta; MENEZES, Paulo Dimas Rocha. **A Teia dos Povos e a universidade**: agroecologia, saberes tradicionais insurgentes e descolonização epistêmica. Ambiente & Sociedade. São Paulo. Vol. 25, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/asoc/a/CSFqgktBFfzZjMxXNZb8sDd/?format=pdf&lang=pt>, 20 p. Acesso em 15/05/2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 1.ed. São Paulo: Companhia das letras, 2000, 464 p.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002, 254 p.

TEIA DOS POVOS. **Fundamentos da Luta**: Uma Aula de Mestre Joelson sobre Aliança, Memória e Construção da Articulação. Disponível em <https://teiadospovos.org/fundamentos-da-luta-uma-aula-de-mestre-joelson-sobre-alianca-memoria-e-construcao-da-articulacao-2/> .Acesso em 15/05/2023.

WOLKMER, Antonio C. **A legitimidade dos sujeitos sociais e a construção plural de direitos**. 6.vol. Brasília: Revista Direito UnB, 2022.